



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - PLANOS DE SAÚDE		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0934/03	DATA: 09/07/03
INÍCIO: 10h52min	TÉRMINO: 11h37min	DURAÇÃO: 00h45min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 00h46min	PÁGINAS: 17	QUARTOS: 10
REVISÃO: Irma		
CONCATENAÇÃO: Yoko		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Apreciação de requerimentos constantes da pauta.
---

OBSERVAÇÕES
Há expressão ininteligível.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Havendo número regimental, declaro abertos os nossos trabalhos. Indago aos Srs. Parlamentares se há necessidade da leitura da ata da reunião realizada ontem. Por solicitação do Deputado Arnaldo Faria de Sá, eu dispenso a leitura da ata e a coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada, então, a ata da nossa reunião.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Pois não, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, em nome da Vice-Liderança do PTB, nós encaminhamos à Mesa requerimento firmado pelo Deputado Silas Câmara, solicitando retirada de tramitação dos Requerimentos nºs 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43 e 44, de 2003. Requerimentos apresentados anteriormente pelo Deputado Silas Câmara que, em razão de ponderação da Liderança, solicita-se a retirada de tramitação desses requerimentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Obrigado, Deputado Arnaldo Faria de Sá. Nós já recebemos o requerimento, está aqui, em minhas mãos, e já foi deferido. Esses requerimentos já estão retirados da pauta. Então, passamos direto ao Item 1 da nossa pauta, que é o Requerimento nº 33.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, eu só queria, atendendo à solicitação do Líder, Deputado Roberto Jefferson, que a questão que foi discutida, mas não decidida na sessão de ontem, da criação das Sub-Relatorias, tivesse uma discussão da qual ele pudesse participar, no sentido de ponderações que deverão ser apresentadas, e ficando, portanto, a competência exclusiva do Relator, Deputado Dr. Ribamar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Isso. Nós hoje também temos como objetivo, na nossa reunião, a aprovação desses requerimentos que estão na pauta. E eu conversei com o Relator, que também está aprofundando e detalhando a sua proposta de como funcionará a nossa Relatoria. Então, ele também me solicitou mais alguns dias para que nós possamos apresentar. Inclusive, em aprovando esses requerimentos — que imagino que a maioria será aprovada, pelo diálogo preliminar que tivemos —, nós vamos ter possibilidade de planejar, durante a semana que vem, melhor todas as nossas futuras audiências públicas,



inclusive o início da nossa ida aos Estados, e também a apresentação, por parte do nosso Relator, da proposta de como funcionará a nossa Relatoria. Então, está acatada a preocupação do Deputado Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Item 1 da pauta: Requerimento nº 33, do Sr. Dr. Ribamar Alves, solicita que esta CPI seja deslocada, para apurar, *in loco*, nos Estados onde houver denúncias de irregularidades, de acordo com a demanda recebida pela CPI. Está prejudicado esse requerimento em decorrência da aprovação do Requerimento nº 31, de minha própria autoria, na nossa reunião próxima passada. Item nº 2: requerimento dos Deputados Jamil Murad e José Linhares. Nós vamos pular para o Item 3 da pauta. O Deputado Arnaldo Faria de Sá requer seja convidado o Dr. Dante Montagnana, Presidente do Sindicato dos Hospitais, Casas de Saúde, Clínicas, Laboratórios de Análises Clínicas e Demais Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado de São Paulo — SINDHOSP — e Vice-Presidente da Confederação Nacional de Saúde, para prestar esclarecimentos sobre o não-reajuste dos valores dos serviços prestados pelos hospitais, clínicas e laboratórios de análises clínicas às operadoras de planos de saúde. Em discussão o requerimento. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Item nº 4, nós vamos pular também, porque os autores não estão presentes, mas nós voltaremos a eles.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Pois não, Deputado Robson Tuma.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Eu agora vim da CPI do BANESTADO, e fui Relator de algumas CPIs, inclusive a do BANESPA. E eu gostaria de saber onde o Regimento Interno proíbe a votação de requerimentos apresentados por Parlamentares eles estando ausentes. O que eu acho é que V.Exa. poderia colocá-los em votação. Se for um requerimento onde há dúvida de algum Parlamentar e que, obviamente, precisaria que o autor explicasse melhor e defendesse o requerimento, V.Exa. adiaria, de ofício, até o momento da presença do autor, para que ele pudesse esclarecer melhor. Caso contrário, não há impedimento regimental.



Ao contrário, há um requerimento sobre a mesa — ou ele é adiado de ofício ou ele é adiado por votação da Comissão, ou ele é votado e aprovado ou rejeitado.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, eu queria...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Com a palavra o Deputado Arnaldo.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, eu queria discordar da sugestão do Deputado Robson Tuma e concordar com a decisão de V.Exa., até porque lembro que, em plenário da Casa, quando um Deputado apresenta um destaque ou uma emenda e ela é anunciada e ele não está presente, o destaque ou a emenda é prejudicado. Portanto, acho que é prudente a posição de V.Exa., e o requerimento não deve ser apreciado não estando presente o autor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Nós vamos, aqui, consultar a nossa Secretaria da Comissão, mas a decisão deste Presidente, que não precisa ser tomada agora, até por que temos 3 ou 4 requerimentos cujos autores estão presentes e nós vamos primeiro votar esses, mas a minha inclinação, de fato, é compor a preocupação dos 2 Deputados. Porque, de fato, quando um requerimento não apresenta polêmica ou dúvida, não há motivo para que não votemos. Então, vamos passar aos pontos da pauta cujos autores estão presentes e, se vencermos esses e não tiverem chegado os demais Deputados, nós vamos colocar em votação também os outros requerimentos.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Eu vou citar 2 exemplos. Eu sou autor de um requerimento. Eu estava agora na CPI do BANESTADO, numa discussão. Se eu estivesse ausente — é um requerimento que foi feito ontem, inclusive com o consenso daqueles que estavam presentes, a respeito da oficialização de um documento que o Deputado Perondi trouxe e que nós queríamos que fosse oficial, da própria UNICAMP — se eu estivesse ausente, prejudicaríamos em uma semana o que o próprio Deputado Perondi achou importante, que era que a UNICAMP mandasse para cá. E cito outro: eu estava na Presidência da Comissão, havia vários requerimentos do Deputado Silas; naquele momento, o Deputado Roberto Jefferson disse que queria uma explicação melhor do seu companheiro, inclusive de partido, e ele estando ausente, por haver uma dúvida de um Parlamentar a respeito do conteúdo dos requerimentos, uma justificativa do Parlamentar, de ofício, foi adiado,



que foram esses, inclusive, que o próprio Parlamentar retirou de votação. Então, para que a gente pudesse dar um andamento para a Comissão, sem a necessidade de ficar colocando a ausência dos nossos colegas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Com certeza.

**O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN** - Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Vamos ouvir o Deputado Max Rosenmann.

**O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN** - Sr. Presidente, eu vou ter que me ausentar, por razões de uma audiência. E como os assuntos aqui, acredito, estão todos dentro de uma certa tranquilidade, a minha opinião não vai fazer falta aqui. O que eu queria era só pedir ao Relator e ao Presidente que, quando houver essa programação das viagens, seja, pelo menos, com um espaço de 15 dias de antecedência, para permitir que a gente se programe e façamos uma coisa forte.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Isto.

**O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN** - Ao passo que, se for uma coisa de véspera, eu acho que nós podemos perder.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Exatamente. Vamos acolher essa preocupação. Então, vamos ao Item 2 da pauta. O Deputado Jamil Murad, autor do Requerimento nº 45, *“requer seja convidado, junto com o Padre José Linhares, o Sr. Diretor Superintendente da Santa Casa de Santos, Dr. Erimar Carlos Brehme de Abreu, representante da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas, para prestar esclarecimentos sobre o funcionamento das operadoras de serviços de plano de saúde das Santas Casas e hospitais filantrópicos”*. Em votação. Não havendo quem queira encaminhar nem quem queira discutir, coloco em votação. Os que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado o Item 2 da pauta. Item 5: também requerimento do Sr. Jamil Murad *“requer seja convocada a Sra. Maria Leda Dantas, representante da Confederação Brasileira dos Aposentados — COBAP, no Conselho Nacional de Saúde, para prestar esclarecimentos sobre o tratamento dispensado aos idosos pelos planos privados de saúde, relativamente a exclusões, restrições de atendimento e aumento de valor decorrente de mudança de faixa etária”*. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados que



aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado o Item 5 da pauta. Item 8 da pauta: requerimento do Deputado Arnaldo Faria de Sá que *“requer seja convidado o representante da UNICAMP, responsável técnico pela análise do teste dos planos de saúde realizado pelo Instituto de Defesa do Consumidor, para prestar esclarecimentos à CPI, em audiência pública, perante a CPI dos Planos de Saúde”*.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Só deixar claro que é o funcionário da UNICAMP, para a UNICAMP, amanhã, não mandar alguém de alguma fundação, mesmo que seja ligado a ela.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Responsável técnico.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - O responsável técnico do quadro da universidade. Se não tiver, ela informa que não existe. É exatamente a dúvida que ficou ontem aqui a respeito de uma discussão do Deputado Perondi e da Dona Marilena, do IDEC.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Na verdade, apesar de nós termos... O Presidente estava só olhando aqui e já vai passar a palavra, pela ordem, ao Deputado Jamil. Nós temos 2 requerimentos que me parecem complementares. O Item 10 da pauta é um requerimento, dos Deputados Robson Tuma e Arlindo Chinaglia, que *“requer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito obtenha da Universidade Estadual de Campinas...”* Não, eles são diferentes. Está correto. *“...a confirmação...”* É outra coisa.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Um é pedindo também o documento que está no *site* e que eles disseram que não existe.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) – Está bem. Vamos votar os dois. Deputado Jamil.

**O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD** - Logicamente, uma CPI deve ouvir todos aqueles que os Srs. Deputados acham que devem ser ouvidos para esclarecer assunto relativo ao tema tratado. Mas eu acho que esse Item 10... Podem ser aprovados os 2 hoje, mas o Item 10 deveria ser encaminhado previamente. Para, havendo esses esclarecimentos aqui do Requerimento 53, de autoria dos Deputados Robson Tuma e Arlindo Chinaglia, aí, nós ouviríamos o técnico da UNICAMP.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Então, vamos votar o Item 8 da pauta. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado o Item 8 da pauta. Vamos ao Item 10 da pauta. Requerimento, então, dos Srs. Deputados Robson Tuma e Arlindo Chinaglia, que *“requer que esta CPI obtenha da UNICAMP a confirmação de que a Universidade teria sido a autora do trabalho constante no seu site, que conteria a análise do documento ‘Avaliação das Agências Reguladoras e Órgãos Governamentais’, elaborados pelo IDEC, o qual embasou o requerimento de criação desta CPI”*. Em discussão. Não havendo quem queira discutir...

**O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD** - Pela ordem, Presidente. O nº 7 já foi votado?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Não.

**O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD** - Vai votar o 10, ainda? Primeiro o 10?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Item 10 da pauta em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado o Item 10 da pauta. Retorno ao item...

**O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Pois não. Pela ordem.

**O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN** - Eu achei muito interessante o requerimento dos Deputados Robson Tuma e Arlindo Chinaglia. Agora, eu não vejo por que não possamos também convidar os autores desse estudo para que eles venham aqui...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Não. O Deputado Arnaldo Faria de Sá já fez o requerimento.

**O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN** - Ah, já foi aprovado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Estão os 2 aprovados.

**O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN** - Na verdade, com a vinda deles aqui e a confirmação da UNICAMP, nós teremos a procedência desse material. Está ótimo.





**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Perfeito. Então, votamos os 2, aprovamos os 2, e agora passamos ao item 4 da pauta, de autoria do Deputado Antonio Carlos Biscaia.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Eu tenho o meu requerimento, que é o de nº 7. Então, eu posso — não sei se regimentalmente o termo é esse — incorporar ao Requerimento 8.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - O 7 e o 8 são o mesmo. Ficam aprovados o 7 e o 8.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Pois não. Então, chegando lá, vamos acolher a preocupação. Estamos aqui com um item em pauta que o Presidente anunciou, que é o item nº 4 da pauta, que é o Requerimento nº 47, de autoria do Deputado Antonio Carlos Biscaia, que requer seja convidada a Dra. Áurea Abbade Celeste, advogada e fundadora do Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS — GAPA São Paulo —, para prestar informações sobre casos e ações de exclusão de atendimento de pacientes portadores do vírus HIV e sobre o não-oferecimento de agravo aos portadores do vírus HIV e doentes de AIDS pelos planos de saúde; e um representante da Federação Nacional dos Diabéticos — FENAD, para prestar informações sobre casos e ações de exclusão de atendimento de pacientes diabéticos pelos planos de saúde. Em discussão. *(Pausa.)* Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovado o item 4 da pauta. Vamos, então, ao item 7, que está atendido pela aprovação do 8, e o Deputado Perondi o incorporou ao item 8, já aprovado.

**O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD** - Sobre o item 7. Quando eu leio a argumentação do ilustre Deputado Perondi, a gente verifica o seguinte: *“em relação à pesquisa do IDEC que embasou o requerimento de criação dessa CPI”*. Eu acho que o questionamento feito à pesquisa... Eu gostaria de entender melhor, Srs. Deputados, o Sr. Deputado que propôs esse convite, pelo seguinte: o que embasou





a CPI não foi apenas o estudo do IDEC, porque poderia — eu sei que não é essa a intenção do Deputado Perondi —, eventualmente, numa discussão científica de metodologia de pesquisa, anular a CPI. Logicamente, essa não é a intenção do Deputado Perondi, mas...

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Não. Pela ordem.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Não é isso, não.

**O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD** - Porque, como está escrito aqui, “*em relação à pesquisa do IDEC que embasou o requerimento de criação dessa CPI*”. Quer dizer, se ficar abalado cientificamente o estudo do IDEC, que eu não sei qual é o resultado do estudo, mas poderia anular a motivação da própria CPI. Eu sei que não é, mas eu gostaria de ouvir o Deputado, logicamente para eu me esclarecer sobre isso, porque, na minha opinião, a CPI existe por reclamação dos usuários dos planos de saúde. Não é só o problema do estudo do IDEC ou do PROCON ou de qualquer outra organização. Ouvindo a sociedade, a gente sente a necessidade da existência da CPI. Obrigado.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Posso me manifestar?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Antes de passar a palavra ao Deputado Perondi, quero, como Presidente, fazer uma ponderação que talvez nos retire deste impasse e passemos ao próximo ponto da pauta. De fato, quando uma CPI é instalada, por visão da maioria dos membros desta Casa, ela tem um objeto sobre o qual ela se debruça. No caso, o objeto da nossa CPI é investigar os planos de saúde, e a CPI está instalada com esse objeto. Ela não foi instalada com o objeto de estudar um relatório do IDEC. Então, não há controvérsia sobre isso. E eu compreendo o requerimento dos Deputados que foi aprovado, como o requerimento de interesse de quem quer discutir também, numa sessão específica, ou numa análise, num estudo, a qualidade deste trabalho, que será mais um dos passos da nossa CPI. Feito esse esclarecimento...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Pela ordem, Sr. Presidente. A preocupação do Deputado Jamil é muito importante. Porém, é importante colocar 2 coisas: em momento nenhum pode se desqualificar a CPI. A CPI está feita, há um pedido, um ato da Mesa, a designação dos membros e, em hipótese alguma, pode acontecer isso. Então, a preocupação muito importante do Deputado Jamil fica



esclarecido para a tranqüilidade do Deputado. Mas, ontem, nós estávamos aqui, no depoimento das pessoas ligadas ao IDEC. O Deputado Perondi trouxe um documento, que eu vi, o Relator viu. E todos nós, com a bondade do Deputado, que emprestou para nós, vimos um documento feito, em tese, pela UNICAMP, que foi retirado pelo Deputado Perondi do *site*, que foi impresso do *site* da Universidade de Campinas, da UNICAMP. As pessoas do IDEC que estavam aqui disseram que esse documento, esse relatório não existe. Como não existe? Estou tentando lembrar o depoimento. “Eu retirei do *site*”, diz o Deputado Perondi em outras palavras. E elas: “Nós ligamos na reitoria da UNICAMP, e ela disse que nunca foi feito esse estudo”. Só que está no *site* da UNICAMP, como o Deputado trouxe. Então, houve aí o quê? Um questionamento de dúvida sobre: foi introduzido no *site* da UNICAMP algo que nunca foi feito pela UNICAMP? Quem é o autor? Ou foi feito, e o IDEC, através dos seus representantes, mentiram dizendo que não havia existência. Então, na verdade, há aí uma controvérsia importante, porque se colocou em dúvida um documento trazido por um Parlamentar. Então, não está aqui em jogo nem em questionamento a consistência, a realização do trabalho da CPI, que vai continuar, deve continuar, deve apurar, deve fechar instituições que sejam irregulares, devem punir aquelas que prejudicam os consumidores. E é nossa obrigação, inclusive, lutar para saber se nas planilhas podemos conseguir abaixar os preços cobrados do consumidor. Então, não é isso que está em dúvida. O que está em dúvida foi, ontem, um jogo de palavras feito aqui dentro desta Comissão, que se colocou em dúvida um documento trazido por um Parlamentar. E eu, particularmente, naquele momento, até coloquei claramente que, trazido por Parlamentar, não se poderia aceitar, em hipótese nenhuma, que existisse dúvida sobre aquilo naquele momento. E me propus a apresentar o requerimento, para a UNICAMP oficializar, por escrito, a esta Comissão a realidade dos fatos. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Deputado Walter Feldman.

**O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN** - Sr. Presidente, só para esclarecer. Todos conhecem a UNICAMP. A UNICAMP é uma instituição pública.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Seríssima. Umas das melhores universidades que têm no Brasil. Desculpe, Deputado Walter, eu não estou



colocando em dúvida a UNICAMP. Ao contrário, além de ser uma das melhores universidades do País, nós, de São Paulo, temos o orgulho de dizer que as 2, entre as melhores, são a USP e a UNICAMP.

**O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN** - E a UNESP?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Aí vou entrar numa briga. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul é de alta qualidade também. Acho que nós temos muitas universidade públicas de qualidade. Deputado Feldman.

**O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN** - O Estado de São Paulo financia 3 universidades. Mantém a USP, a UNICAMP e a UNESP, todas de enorme qualidade, como a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, não há nenhuma dúvida. Só para lembrar. Na verdade, nós temos que tomar muito cuidado com os jogos de palavra mesmo. As universidades criaram institutos. Isso é uma prática dos últimos 10 anos. Institutos, fundações, até para ter uma relação mais próxima da sociedade, para poder produzir trabalhos de interesse da população, de instituições, de setores, inclusive, ligados à iniciativa privada. Bom. Essas fundações são oficialmente ligadas às universidades, mas têm uma certa liberdade de atuação. Portanto, não significa que todas as suas realizações sejam lavra da universidade, são dos institutos e fundações, que têm, nos seus quadros, professores dessas instituições. Então, na verdade, foi esse instituto que fez o trabalho, que é tocado, tem atividade profissional desses professores, e não é uma atividade direta da universidade, mas claro que tem o valor, a qualidade profissional...

**O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD** - Como V.Exa. conhece muito...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Quero fazer um apelo aos 2 Deputados que estão usando a tribuna, talvez em nome de todos os nossos outros Deputados, que nós possamos vencer esse momento da pauta, para concluir a votação dos requerimentos.

**O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD** - Sim. Só uma dúvida, só uma dúvida que o Deputado Walter poderia me esclarecer. Eventualmente, esse estudo feito por um instituto poderia ter sido patrocinado pelos planos de saúde? É uma pergunta, uma dúvida que eu tenho.

**O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN** - Quem sou eu para responder a essa dúvida. *(Risos.)*



**O SR. DEPUTADO SARAIVA FELIPE** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Sras. e Srs. Deputados, Deputadas, o Presidente convida esta Comissão a ir ao Item 6 da pauta, na presença do Deputado Professor Rosinha, quer dizer, Dr. Rosinha, não é o professor, eu o chamei de professor agora, aqui. Item 6 da pauta: "Requer seja convocado o representante do Ministério do Trabalho e Emprego, para prestar esclarecimentos sobre a atenção dispensada aos acidentes de trabalho e doenças profissionais pelos planos e seguros de saúde". Em discussão. *(Pausa)* Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovado o Item 6 da pauta. Item 9 da pauta. Requerimento do Deputado João Grandão, que *"requer seja convidado o Sr. Vinícius Negreiro Calado, Advogado Consultor da Associação de Defesa dos Usuários de Seguros, Planos e Sistemas de Saúde de Recife, Pernambuco — ADUSEPS/PE —, para prestar depoimento sobre os casos de problemas de consumidores com planos de saúde que chegam à entidade"*. Em discussão. *(Pausa)* Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovado o Item 9 da pauta. Nada mais havendo a tratar...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Pela ordem, Deputado Saraiva Felipe e Deputado Robson Tuma, pedindo a compreensão aqui dos demais colegas para acompanhar a questão de ordem dos Deputados que pediram a palavra. Deputado Saraiva Felipe.

**O SR. DEPUTADO SARAIVA FELIPE** - Eu gostaria de encaminhar a V.Exa. e à Comissão um pedido para que nós, uma solicitação, para que nós convidemos o Dr. Virgílio Baião Carneiro. Ele é Presidente da Associação dos Serviços Assistenciais de Saúde Próprios de Empresas de Minas Gerais - ASASPE. Na verdade, ele representa, Sr. Presidente, um segmento que é o da autogestão em matéria de planos de saúde. Como eu acho que nós teremos que, inclusive, apresentar alternativas assistenciais, seria fundamental a audiência com o Dr. Virgílio Baião Carneiro. Eu encaminho ao Relator e a V.Exa. essa solicitação, para



que seja incluída nas próximas votações de requerimento o convite ao Dr. Virgílio Baião Carneiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Nós acolhemos e, com certeza, será um dos requerimentos que estará na pauta da próxima reunião. Deputado Robson Tuma.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Sr. Presidente, eu tenho em mão o jornal *O Globo*, datado de hoje, quarta-feira, dia 9 de julho. Duas coisas. Eu pediria até que a assessoria anotasse, fizesse o requerimento, para que eu pudesse assinar. Primeiro ele coloca aqui: *“ANS contesta a pesquisa do IDEC sobre o setor”*. Eu vou ler, porque como nós estamos esclarecendo um problema, aqui também dá uma informação: *“Brasília. O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) e a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) estão em guerra devido à fiscalização das operadoras de planos de saúde. O pivô da briga é uma pesquisa do IDEC sobre planos de saúde que mostra o descumprimento da legislação e que serviu de base para a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre o setor. A ANS contestou o trabalho e pediu que a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) fizesse uma averiguação da metodologia utilizada. Os técnicos da UNICAMP encontraram uma série de problemas de metodologia, amostragem e cálculo estatístico”*. Então, aqui é importante também oficializar à ANS, para saber se existiu esse pedido, e que ela encaminhasse uma cópia do pedido com o respectivo protocolo à UNICAMP e quanto custou, se custou alguma coisa esse estudo. Mais um pouco acima está assim: *“Ministério Público enfrenta planos de saúde. Órgão quer anular cláusulas de contratos antigos que limitam internação e negam cobertura de prótese”*. Aqui tem, no Ministério Público, o Promotor que diz que o código proíbe a existência de obrigações que deixam o consumidor em desvantagem, que é o Dr. Rodrigo Terra. E também trazê-lo aqui, para que nos explique, já que ele é Promotor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Ele é do Ministério Público Federal, o Dr. Rodrigo? Dá para entender na matéria, não?

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Ministério Público do Rio de Janeiro.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Rio de Janeiro. Porque nós fizemos, inclusive, uma... Provavelmente, devemos convidá-lo para a audiência que será realizada no Rio de Janeiro.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Ele é da Promotoria de Defesa do Consumidor do Ministério Público.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Perfeito. Então, nós vamos anotar essas duas preocupações do Deputado Robson Tuma: uma será transformada em requerimento, que será votada oportunamente, e a outra vai orientar a organização da nossa audiência pública no Rio de Janeiro, onde seguramente ele será um dos convidados.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Mas é importante que V.Exa...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Só para informar à Comissão, nós solicitamos ao Ministério Público Federal, e estamos insistindo por telefone hoje, porque não tivemos resposta ainda, que haja designação de um Procurador para acompanhar a nossa CPI. Está bem, Deputado Robson Tuma? Mais alguma coisa?

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - É importante, Sr. Presidente, e não precisa requerimento, V.Exa. pode fazer um ofício à ANS, pedindo uma cópia com o devido protocolo e saber do devido contrato, se houve.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Faremos, e vamos apresentar primeiro a V.Exa., para ver se está de acordo com aquilo que V.Exa. está imaginando. E tão logo a sua aprovação, assino esse ofício.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Deputado Darcísio Perondi.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a questão dos planos era uma selva, até o advento da Lei dos Planos de Saúde, que muitos Deputados desta Comissão participaram, eu fui um deles. Foi uma lei difícil. Depois, a lei foi modificada em 40 medidas provisórias. Melhorou, mas não resolveu completamente. Aí, nós criamos a agência, esta Casa, com muitos Deputados que participaram da Comissão. Melhorou, mas não resolveu. Eu tenho a convicção de que esta CPI vai contribuir, com certeza. E ontem, eu apresentei o





estudo da UNICAMP aqui, que, de fato, um dos cerne da criação da CPI foi, e o Presidente Fontana disse no Plenário, quando comunicou, que era em cima da pesquisa, na realidade não é pesquisa, são testes do IDEC. E eu apresentei, está à disposição, serviços contratados pela agência à UNICAMP, ou Instituto da UNICAMP, instituição inatacável. Inatacável. Por isso que eu fiz questão que os testes do IDEC fossem apresentados de forma mais pedagógica, mais clara, mas houve problemas de ordem técnica ou de conhecimento, para que assim o fosse feito. Não vou discutir se o que eu apresentei ontem é real ou não é real. É real. E a própria agência remeteu, na quinta ou na sexta-feira para o IDEC, esse estudo. Provavelmente ainda não recebeu, em função de protocolos, de correio, etc. esse estudo aqui. Eu tenho confiança, Sr. Presidente, que esta CPI vai ajudar a melhorar, será mais um passo que se dá, só que as questões precisam ser aqui mais científicas, mais técnicas e também de respeito. Ontem, a Coordenadora do IDEC foi indelicada, mas eu a respeitei, realmente a respeitei. E vou repetir o que disse ontem, para encerrar, Sr. Presidente, que o IDEC pergunte ao CONAS e ao CONASEMS qual é a minha humilde participação em defesa do maior plano de saúde do Brasil, que é o SUS. E o CONAS e o CONASEMS, sem dúvida, comunicarão a ela que o meu plano de saúde, só tem um, o meu plano de saúde é o SUS, e que o Deputado pode ter posição, sim, e que as pessoas que aqui vêm precisam entender mais de Parlamento, ter mais respeito. Mas eu ontem entendi e pude ver que o cerne da discussão, que é o teste do IDEC, foi-nos passado ontem dentro de uma revista. Ontem, eu registrei que foi lamentável e, hoje, registro de novo. Mas vou ser parceiro, Sr. Presidente, para nós melhorarmos mais o atendimento aos usuários do plano de saúde, que sofrem, sim, realmente sofrem. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD** - Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Este Presidente, antes de encerrar a reunião e de passar a palavra para o Deputado Jamil, quer expressar uma opinião política do Presidente. Primeiro, quero reforçar o absoluto respeito que este Presidente terá, por óbvio, é da sua obrigação, com todo e qualquer debate que qualquer dos Srs. Parlamentares queiram trazer a esta Comissão. Vai trabalhar no sentido de que, democraticamente, todos os setores envolvidos dentro desse





mercado de plano de saúde sejam ouvidos e possam colocar os seus diagnósticos, os seus motivos etc. Mas esclarece, porque acha importante, diante da polêmica que ganhou um certo espaço, o que é compreensível, esclarece que a nossa CPI está aprovada pela Câmara Federal com o seguinte objeto: investigar denúncias de irregularidades na prestação de serviços por empresas e instituições privadas de planos de saúde. Este é o objeto da nossa CPI. Este objeto é que garante o grau de abrangência daquilo que nós vamos investigar. Seguramente, pode fazer parte deste objeto, conforme a vontade de Parlamentares, que se investigue também um estudo feito ou um teste feito ou uma avaliação de uma outra instituição sobre um teste feito. Mas o nosso objeto é esse objeto que acabo de reforçar perante todos que acompanham esta reunião, e aí, sim, vai aqui a minha opinião pessoal final: eu estou muito mais preocupado em encontrar o que, na vida real, está acontecendo que possa estar prejudicando o atendimento eventualmente de cidadãos, de pacientes, do que propriamente enveredar por um caminho que tome muito do nosso tempo para fazer um estudo aprofundado sobre a pesquisa “a” ou a pesquisa “b”. Temos aqui, pelos requerimentos aprovados, inúmeras situações a ouvir, vamos ouvir todas elas. E eu tenho a mesma convicção que o Deputado Perondi colocou: esta CPI vai ser um passo importante na qualificação desse setor de saúde suplementar no País, que pode e deve melhorar no sentido de proteger melhor os cidadãos usuários do sistema. Deputado Jamil Murad.

**O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD** - Meio minuto. Só reafirmando aqui a disputa e a batalha democrática entre pontos de vista dos Deputados, como vêm os fenômenos, como vêm os problemas dentro da sociedade. Então, eu quero registrar, porque eu gostaria de continuar este debate, Deputado Perondi, que as agências foram criadas tirando poder do Executivo e tendo uma autonomia que nós estamos observando que é uma autonomia prejudicial ao estudo, planejamento e execução de políticas públicas. No setor elétrico, deu apagão; agora, é colírio que cega; é a ANS com os planos de saúde e não consegue resolver. Como o Deputado faz sempre uma apologia das agências, eu acho que as agências foram uma cópia internacional feita pelo Governo passado, construindo um arcabouço, para que o Governo que entrasse não pudesse mudar os rumos de administração do País. Quer dizer, é uma camisa de força. É que as agências estão começando, a sociedade



está percebendo que elas são muito débeis, com muitos problemas, e nós poderemos tomar novas atitudes brevemente. Assim espero. Mas não dá para achar que isso foi um avanço e que só está precisando aprimorar as agências.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - O Presidente democraticamente vai passar a palavra ao Deputado Perondi. Só fazendo um apelo aos nobres Deputados, que estão fazendo um belo debate sobre as agências, que, aliás, é um debate que o País inteiro está fazendo. Que nós não tenhamos aqui a pretensão de concluir esse debate hoje, porque ele é um debate longo, que certamente vai freqüentar nossa CPI. Então, eu já faço aquele apelo para que não seja a fala de cada um e me diga o outro, a seguir: "Fui citado e tenho que falar de novo." Vamos ouvir o Deputado Perondi antes de encerrar a nossa reunião.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Prometo falar os 30 segundos que o nosso brilhante colega falou. O sistema de agências precisa avançar, precisa melhorar. Não tirou o poder do Estado, que é uma agência do Estado. Tirou o poder do Executivo, que também foi responsável pelas mazelas da infra-estrutura nos últimos 20 anos no País. E tem gente, que eu tenho certeza que nenhum Deputado desta Comissão quer que se volte ao estadismo, ao peso das influências políticas, ao sabor do humor de muitos Ministros. Muitos Ministros que sofrem pressões de toda a ordem, deste Governo, do outro e de outros governos também. E a agência é um órgão independente, com o orçamento que deveria ser independente, e está sofrendo um sufoco orçamentário terrível. Isto que as agências têm até renda própria, mas caem no Tesouro e estão sofrendo. Evidentemente, que a agência é um processo, mas protege, sim, o consumidor, se tiver receita, se aprendermos a trabalhar nesse novo modelo de Estado. Evidente. Eu acho que não é modelo do Fundo Monetário Internacional ou modelo de agência, mas a política ortodoxa do Governo Lula, sim, o é, mantendo, talvez, algumas linhas já aceitas pelo meu Governo, que eu defendi como Vice-Líder de FHC. Isto, sim. O modelo ortodoxo, financeiro, monetário, neste Governo, pelo contrário, é uma dose exagerada. Eu, como médico de criança, já vivi isso quando a gente não calcula bem, não calcula bem. A dose do remédio a gente tem que administrar dali para diante o problema. O País está parado, com desemprego de 12.6, uma queda de renda no mês passado de 14, indústrias paradas, comércio parado, serviço parado. O único serviço que



está andando é o agronegócio. Se o boné do Movimento Sem Terra permitir continuar ajudando talvez se restabeleça os níveis de emprego, segundo os economistas que apóiam o Governo, que apóiam o Governo. Até economistas que elaboraram o projeto econômico do Lula da campanha disseram que talvez se restabeleça o emprego a partir do ano que vem. Mas eu quero cumprimentar o Ministro Palocci, cumprimentar não, registrar aqui meu sentimento de medo de que o Ministro Palocci e todo o grupo palaciano mantenham a política ortodoxa mais dura do que a que o FMI queria. Não é o modelo de agência. Muito obrigado, meu caro Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - Depois dessa rápida análise da situação econômica que mereceria fortes reparos deste Presidente, nós hoje encerramos os trabalhos, ...

**O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO** - Sr. Presidente, antes, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) -... deixando para uma próxima reunião a (*ininteligível*). Com a palavra o Deputado João Grandão, pela ordem.

**O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO** - Analisar a questão econômica do País pelo uso do boné do MST é, no mínimo, não conhecer absolutamente nada da economia deste País.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Henrique Fontana) - O Presidente concorda com o Deputado João Grandão e encerra a reunião de hoje.